

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCAS FERREIRA DAMASCENO

**UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE
CAIXA PARA A TOMADA DE DECISÃO POR UM MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL EM SANTANA DO IPANEMA – AL.**

Santana do Ipanema/AL

2016

LUCAS FERREIRA DAMASCENO

**UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE
CAIXA PARA A TOMADA DE DECISÃO POR UM MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL EM SANTANA DO IPANEMA – AL.**

Monografia apresentada como requisito final para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema

Orientadora: Prof.^a Msc. Tatiana Frey Biehl Brandão

Santana do Ipanema/AL

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Bibliotecária Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 - 2058

- D155e Damasceno, Lucas Ferreira.
Um estudo sobre a utilização da demonstração do fluxo de caixa para a tomada de decisão por um microempreendedor individual em Santana do Ipanema – AL / Lucas Ferreira Damasceno. - 2016.
- 53f.: il.
- Orientador: Tatiana Frey Biehl Brandão.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de ciências contábeis. Santana do Ipanema, 2016.
- Bibliografia: f. 42 - 46.
Apêndice: f. 47 - 53.
1. Microempreendedor individual. 2. Demonstração do fluxo de caixa. 3. Tomada de decisão. 4. Santana do Ipanema – Alagoas. I. Título.

CDU: 657

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCAS FERREIRA DAMASCENO

Um estudo sobre a utilização da demonstração do fluxo de caixa para a tomada de decisão por um microempreendedor individual em Santana do Ipanema – AL./ Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Alagoas, na forma normalizada e de uso obrigatório.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 18 de Maio de 2016.

Banca Examinadora:

Tatiana Frey Biehl Brandão

(Mestre, Tatiana Frey Biehl Brandão, Universidade Federal de Alagoas)

(Orientadora)

Leandro da Costa Lopes

(Mestre, Leandro da Costa Lopes, Universidade Federal de Alagoas) (Examinador)

Alcides José de Omena Neto

(Mestre, Alcides José de Omena Neto, Universidade Federal de Alagoas)

(Examinador)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade Federal de Alagoas, especialmente ao corpo docente e demais funcionários do Campus Sertão - Santana do Ipanema, que em meio a tantas dificuldades tornaram possível a realização de um sonho.

A meus colegas de turma, em especial aqueles que sempre estiveram comigo, meu muito obrigado pelos conhecimentos compartilhados e experiências vividas.

A meu amigo Emerson Lima, meu obrigado pela amizade, pelas risadas e por todo apoio e incentivo para continuar seguindo atrás de meus objetivos.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis da Ufal - Santana do Ipanema, que contribuíram na minha formação acadêmica e pessoal. Em especial a minha orientadora Tatiana Brandão pela dedicação, atenção e paciência; a professora Socorro Coelho, pela amizade única e ao professor Alcides Omena Neto, por sempre ser uma fonte de ideias e conhecimento inesgotável.

RESUMO

O Microempreendedor Individual é uma classe de profissional que foi criada em 2008 e desde então vem aumentando significativamente ao longo dos anos. Como qualquer outro tipo de empreendimento, o MEI enfrenta diversas dificuldades no gerenciamento das suas atividades. Nesse contexto, as informações contábeis podem contribuir auxiliando o MEI em suas decisões. Deste modo, percebeu-se a necessidade de se fazer um estudo objetivando evidenciar a possibilidade da utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa para o auxílio na gestão de um Microempreendedor Individual. Desta forma optou-se, metodologicamente, pela realização de um estudo de caso com um profissional MEI que labora no município de Santana do Ipanema – AL. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas guiadas por questionário semiestruturado com a finalidade de conhecer a realidade do entrevistado e apresentar-lhe o que é a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Posteriormente, foi adaptado um modelo específico de DFC que foi implantado no empreendimento e utilizado pelo Microempreendedor como ferramenta para o auxílio na tomada de decisão. Por último, foi realizada uma nova entrevista, com o intuito de perceber do profissional-gestor estudado qual as suas opiniões sobre o uso da DFC e seus benefícios para a gestão do seu empreendimento. A pesquisa constatou que o Microempreendedor estudado conseguiu implementar a Demonstração do Fluxo de Caixa no seu empreendimento, durante o período de junho a agosto de 2015 sem grandes dificuldades e também utilizar as informações obtidas através da DFC para tirar suas próprias conclusões e basear as suas decisões gerenciais. Sendo que o MEI afirma, ainda, que tem interesse em continuar utilizando a DFC. Desta forma, é concluído que a DFC é uma ferramenta contábil que pode ser adaptada para auxiliar o Microempreendedor Individual na tomada de suas decisões gerenciais.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Demonstração do Fluxo de Caixa. Tomada de decisão.

ABSTRACT

The Individual Micro-entrepreneur is a professional class that was created in 2008 and since then has grown significantly over the years. Like any other type of enterprise, the MEI faces several difficulties in managing their activities. In this context, the accounting information can contribute helping the MEI in their decisions. Thus, we realized the need to make a study aiming to demonstrate the possibility of using the Demonstration of the Cash Flow for assistance in managing an Individual Microentrepreneur. Thus it was decided, methodologically, by conducting a case study with a professional MEI labora the municipality of Santana do Ipanema - AL. To collect the data interviews were conducted guided by semi-structured questionnaire in order to know the reality of the respondent and present you what is the Demonstration of the Cash Flow (DFC). Subsequently, a specific model of DFC that was deployed in the enterprise and used by Micro-entrepreneur as a tool to aid in decision-making was adapted. Finally, a new interview was conducted, in order to realize the professional-manager which studied their views on the use of DFC and its benefits for the management of its enterprise. The survey found that the Microentrepreneur studied managed to implement the the Demonstration of the Cash Flow on your enterprise during the period June to August 2015 without major difficulties and also use the information obtained through the DFC to draw their own conclusions and base their decisions management. Since the MEI also states that has an interest in continuing to use the DFC. Thus, it is concluded that the DFC is an accounting tool that can be adapted to assist the Individual Micro-entrepreneur in making your management decisions.

Keywords: Individual Micro-entrepreneur. Demonstration of the cash flow. Decision taking.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Santana do Ipanema no Estado de Alagoas	34
Figura 2 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em R\$ de Santana do Ipanema – AL em 2012.....	35
Figura 3 – Total de Microempreendedores Individuais em Santana do Ipanema – AL, 2015	36
Figura 4 – Exemplo Do Controle Mantido Pelo MEI Estudado	39
Figura 5 – Estrutura do Fluxo de Caixa Utilizado pelo MEI, em Santana do Ipanema/AL, em 2015	41
Figura 6 – DFC Preenchida Pelo MEI Estudado, em Santana do Ipanema em 2015.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentuais de Microempreendedores Individuais por Municípios, localizados na Mesorregião do Sertão Alagoano, em 2015.....	37
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Controles Administrativos conhecidos pelo MEI Estudado	40
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSI	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTANA DO IPANEMA
CGSN	COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
COFINS SOCIAL	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
CPC	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
CSLL	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO
DAS-MEI	DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO SIMPLIFICADA DO MEI
DASN	DECLARAÇÃO ANUAL DO SIMPLES NACIONAL
DASN-SIMEI	DECLARAÇÃO ANUAL DO SIMPLES NACIONAL - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
DFC	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DRE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
IPI	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
MEI	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NF-E	NOTA FISCAL ELETRÔNICA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

SEBRAE SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS

SMPE SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

UFAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	14
1.2 Definição do Objeto de Estudo	17
1.2.1 Tema	17
1.2.2 Problema	17
1.2.3 Hipóteses	17
1.2.4 Objetivos	18
1.2.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	18
1.2.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	18
2 METODOLOGIA	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	22
3.2 Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa	23
3.3 Modelos da Demonstração do Fluxo de Caixa	24
3.3.1 Método Direto	24
3.3.2 Método Indireto	25
3.4 A Demonstração do Fluxo de Caixa para a tomada de decisão do MEI	26
4 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	29
4.1 Benefícios da Formalização	30
4.2 O MEI e a Contabilidade	32
5 O MEI EM SANTANA DO IPANEMA – AL	34

5.1 Caracterização da Cidade.....	34
5.2 Caracterização do MEI em Santana do Ipanema – AL.....	35
6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
6.1 Caracterização do empreendimento e do Microempreendedor estudado	38
6.2 Modelo da Demonstração de Fluxo de Caixa adotado para o Microempreendedor individual estudado	41
6.3 Resultados da implantação da Demonstração de Fluxo de Caixa para o Microempreendedor individual estudado	42
6.3.1 Implantação e Utilização do Fluxo de Caixa.....	42
6.3.2 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	44
6.3.3 Continuidade na utilização da DFC	45
7 CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	53
Apêndice A: Roteiro Da Primeira Entrevista	54
Apêndice B: Roteiro Da Segunda Entrevista	57
Apêndice C: Estrutura Do Fluxo De Caixa Implantado Na Pesquisa Em 2015	58
Apêndice D: Guia Criado Para Consulta Sobre A Demonstração Do Fluxo De Caixa Implantado Na Pesquisa Em 2015	59

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais se percebe que o nível de competitividade do mercado exige que as empresas estejam preparadas para enfrentar os diversos desafios que surgem durante o funcionamento da mesma. Independente do seu porte, seja uma grande, média, pequena empresa ou ainda um microempreendedor individual, o gestor deve estar preparado para tomar suas decisões e gerir seus recursos de forma confiável.

Para o gestor tomar decisões importantes é essencial que ele tenha o conhecimento de como está a administração do seu negócio, de modo que suas decisões estejam de acordo com a realidade da sua empresa. Para tanto é necessário possuir ferramentas das quais ele possa extrair informações relevantes e precisas.

Entre as diversas formas de auxílio a gestão, uma que se destaca cada vez mais, por sua importância e confiabilidade é a Contabilidade. Marion (2009, p. 28) afirma que:

A **Contabilidade** é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a **tomada de decisões** dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a *tomarem decisões*. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. Ressaltamos, entretanto, que a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que muito mais importante, **auxiliar as pessoas a tomarem decisões**. [grifo do autor]

Percebe-se, assim que a contabilidade é fundamental para que uma empresa possa atuar em conformidade com as suas obrigações fiscais, ponto este que exige um cuidado, principalmente pela elevada carga tributária no nosso país. Outra função muito importante da contabilidade é auxiliar na gestão, através a obtenção de informações relevantes com a adaptação de algumas ferramentas contábeis para a gestão. Sendo assim, em relação a competitividade, as empresas que utilizam as informações contábeis para tomarem decisões têm maior chance de sucesso em seus empreendimentos, pois contam com mais uma fonte de informações seguras e tempestivas (MARION, 2009; RIBEIRO, 2012; PADOVEZE, 2012).

O objeto de estudo deste trabalho é um Microempreendedor Individual – MEI que desenvolve a atividade profissional de mecânico de automóveis desde 2001 e se formalizou em 2010, atuante no município de Santana do Ipanema – AL e que não utilizava nenhuma ferreamente contábil para auxiliar nas suas decisões.

O município de Santana do Ipanema foi escolhido para o estudo por possuir um grande número de profissionais MEIs, se comparado com os municípios circunvizinhos, além de na cidade existir o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – UFAL no Campus do Sertão, assim este trabalho poderá contribuir com os estudos contábeis na região do Sertão alagoano ao tempo em que tende a despertar nos futuros contadores o interesse em atuarem profissionalmente junto aos MEIs constituídos na localidade.

O enquadramento profissional de Microempreendedor Individual foi criado em 2008, onde em muitas vezes o empreendedor-gestor é o responsável por todas as atividades do empreendimento. Desta forma, o empreendedor necessita tomar decisões importantes em setores que o mesmo pode não ter o conhecimento necessário. Assim, esta pesquisa tem como objetivo inserir uma ferramenta contábil no dia a dia de um Microempreendedor Individual.

O instrumento contábil escolhido para ser implantado e analisado foi a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, pois segundo Marion (2012, p. 453) este demonstrativo: “[...] indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”. Assim, a escolha se justifica, pois a DFC utiliza como fonte de informações o caixa da empresa e para Garrison, Noreen e Brewer (2007, p. 608) “Os administradores se preocupam com o caixa por um motivo muito importante – sem caixa suficiente nos momentos apropriados, uma empresa pode desperdiçar oportunidade de ouro ou pode até ir à falência”.

Nesse contexto, a Demonstração do Fluxo de Caixa se apresenta como uma ferramenta de grande importância, pois pode passar a suprir a necessidade do MEI estudado em ter uma fonte segura de informações para a tomada de decisão do gestor do negócio.

1.1 Justificativa

O presente estudo de caso será realizado em Santana do Ipanema – AL com um Microempreendedor Individual que reside e trabalha no município. O município de Santana do Ipanema está localizado no sertão alagoano e apresenta grande importância para as cidades circunvizinhas por possuir a concentração de cursos de ensino superior. A escolha do município para a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso se deu pelo grande

número de Microempreendedores Individuais residentes, pois, Santana do Ipanema – AL possui o segundo maior número de Microempreendedores Individuais da Mesorregião do Sertão Alagoano segundo dados fornecidos pelo Portal do Empreendedor (2016).

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma categoria instituída pela Lei Complementar nº 128/2008 criada com o intuito de facilitar a formalização de brasileiros que trabalham por conta própria e tem permitido que milhares de pessoas tenham acesso a vantagens como CNPJ, acesso a linhas de créditos para pessoa jurídica, emissão de notas fiscais, impostos mais baixos e simplificados entre outros (SEBRAE, 2015).

A legislação que gere atualmente as atividades do MEI é a Lei Complementar nº 139/2011 que em seu texto, afirma que o empreendedor em questão não precisa ter nenhum tipo de serviço contábil, o que o deixa desamparado em relação aos benefícios que as informações geradas pela contabilidade podem trazer para a gestão de seus negócios.

Sem essa obrigatoriedade, o Microempreendedor pode acabar não utilizando as ferramentas contábeis que deveriam o auxiliar na tomada das suas decisões, colaborando para uma maior possibilidade que as decisões sejam tomadas de forma aleatória, colocando em risco a continuidade da entidade, conforme colocado por Kassai (1997, p.8):

E na pequena empresa? Muitas vezes a decisão é tomada com base no sentimento. No caso das pequenas empresas familiares, frequentemente, os sucessores permanecem fazendo aquilo que aprenderam com seus pais, sem entender mesmo o significado ou, o que é mais importante, os efeitos de mudanças ambientais nesses procedimentos administrativos.

Iudícibus e Marion (2007, p. 2) complementam estas informações e expõem que:

Observamos com certa frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores estes que, sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo a fundo em nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a ‘célula cancerosa’ não repousa naquelas críticas, mas na *má gerência*, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis.

Pode-se observar através destas citações que a sobrevivência e o crescimento das empresas dependem, entre outros fatores, das decisões tomadas pelos gestores, e que os mesmos muitas vezes não utilizam dados confiáveis para basear-se. Esta falta de dados pode ser suprida com a utilização das informações geradas pela contabilidade. Silva e Tristão

(2009, p. 6) afirmam que: “[...] a Contabilidade pode favorecer a redução das incertezas existentes quando houver diversas alternativas disponíveis para escolha”.

Dentre as variadas ferramentas contábeis, Kassai (1997) enfatiza que a Demonstração do Fluxo de Caixa é a de mais fácil compreensão por parte do empreendedor. A mesma destaca como características básicas desse conjunto de informações:

Simplicidade: as informações devem ser de entendimento intuitivo, não sendo necessário o conhecimento prévio dos Princípios e Convenções Contábeis ou do Método das Partidas Dobradas, que regem a Contabilidade:

Facilidade de obtenção: as informações devem ser levantadas de forma fácil, sem necessidade de manutenção de registros históricos ou de sistemas de acumulações complexos:

Relevância: apesar de a Contabilidade ser conhecida pela coincidência algébrica dos centavos. Propõe-se, inicialmente, que o empreendedor preocupa-se apenas com as informações mais relevantes, desconsiderando os valores menores;

Possibilidade de efetuar simulações: é importante que os modelos considerem [*sic*] a possibilidade de efetuar simulações com relação às variáveis principais. Simular queda ou crescimento das vendas, aumento ou diminuição de custos/despesas, efeitos de financiamentos e empréstimos ou outras variáveis são fatores que podem auxiliar as decisões do empreendedor:

Facilidade de manipulação das informações: a popularização da utilização de microcomputadores tornou possível desenvolver modelos em softwares conhecidos, de forma a garantir a facilidade de manipulação dos dados e modificação e adaptação dos modelos. Para a maioria dos modelos de relatórios financeiros, no caso das pequenas empresas, podem ser utilizadas as planilhas de cálculo como EXCEL, LOTUS e outras. (KASSAI, 1997, p. 9)

Demonstrando a utilidade da Demonstração do Fluxo de Caixa, verifica-se que:

[...] A demonstração de fluxos de caixa pode ser usada para responder a perguntas cruciais, como as seguintes:

1. A empresa está gerando fluxos positivos de caixa suficientes em suas operações regulares para continuar sendo viável?
2. A empresa será capaz de pagar suas dívidas?
3. A empresa será capaz de pagar seu dividendo costumeiro?
4. Por que o lucro líquido e o fluxo líquido de caixa são diferentes?
5. Até que ponto a empresa precisará tomar dinheiro emprestado para fazer os investimentos necessários? (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2007, P. 608).

Diante do exposto, este trabalho se justifica ainda por se perceber que existem poucas pesquisas voltadas para o Microempreendedor Individual que exerce suas atividades em Santana do Ipanema – AL. Os profissionais enquadrados nessa forma de tributação aumentam

cada vez mais em todo país e, não sendo diferente, no sertão alagoano também (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015), então é de suma importância dar atenção a estes empresários, pois, a DFC é de fácil compreensão e pode passar a ser utilizada pelos Microempreendedores Individuais da região como uma ferramenta que os auxiliem na gestão do seu negócio.

1.2 Definição do Objeto de Estudo

1.2.1 Tema

Um estudo sobre a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa para a tomada de decisão por um microempreendedor individual em Santana do Ipanema – AL.

1.2.2 Problema

A Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser compreendida pelo Microempreendedor individual (MEI) de Santana do Ipanema e auxiliá-lo na gestão do seu empreendimento?

1.2.3 Hipóteses

- Há possibilidade de utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa pelos Microempreendedores individuais, pois estes manterão, mesmo que de forma rudimentar algum controle do caixa da empresa, e a utilização desta ferramenta (DFC) trará os dados monetários para a tomada de decisão do Microempreendedor.
- Há possibilidade de implementação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelos Microempreendedores individuais, porém as informações não serão utilizadas pelo MEI estudado, logo esta ferramenta não trará grandes benefícios gerenciais para o Microempreendedor.

- Não há possibilidade de real implementação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelos Microempreendedores individuais, por se mostrar um processo de difícil aplicação de interpretação dos seus dados.

1.2.4 Objetivos

1.2.4.1 Objetivo Geral

Evidenciar a possibilidade de compreensão e da utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa para a tomada de decisão do Microempreendedor Individual.

1.2.4.2 Objetivos Específicos

1. Realizar uma revisão bibliográfica sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e a sua importância para a tomada de decisão;
2. Estudar a legislação vigente sobre Microempreendedores individuais;
3. Contextualizar os Microempreendedores Individuais existentes em Santana do Ipanema – AL;
4. Caracterizar o Microempreendedor Individual estudado;
5. Identificar qual modelo de Fluxo de Caixa é mais adequado à realidade do Microempreendedor individual estudado; e elaborar o modelo a partir das informações disponibilizadas pelo MEI.
6. Verificar se a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa será relevante para a tomada de decisão do Microempreendedor individual estudado.

2 METODOLOGIA

Dentre as variadas formas de classificação de pesquisas analisadas, utilizando como base a classificação de GIL (2010) esta pesquisa foi classificada (i) do ponto de vista da sua natureza, como uma pesquisa aplicada; (ii) do ponto de vista da forma de abordagem do problema, como pesquisa qualitativa; e (iii) do ponto de vista dos procedimentos técnicos, como um estudo de caso.

Essas classificações demonstraram ser a melhor forma de levantar os dados necessários para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, visto que as razões que levaram a escolher esse tipo de pesquisa foram que a Pesquisa Aplicada, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Enquanto a Pesquisa Qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20)

A opção de realizar um Estudo de Caso parte do fato de que este “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (GIL, 2010, p. 37).

Metodologicamente levantou-se dados relevantes sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e sobre o Microempreendedor individual estudado através de pesquisas bibliográficas, consultas a legislação vigente sobre os temas no período de estudo (2015), visto que é comum serem criadas novas leis que podem alterar o embasamento desta pesquisa, se a mesma for utilizada em outro momento futuro. Entre as fontes de informação importantes sobre o MEI podemos destacar a Lei Complementar nº 128/2008, que foi alterada pela Lei Complementar nº 139/2011, e fontes eletrônicas como o SEBRAE, Portal do Empreendedor, Secretaria da Micro e Pequena Empresa, entre outros, que se baseiam na legislação vigente buscando passar as informações de modo mais simplificado para os seus usuários.

Este estudo se deu como um estudo de caso com um Microempreendedor Individual que atua na cidade de Santana do Ipanema desde 2001 e se formalizou como MEI em 2010. Os dados foram coletados através de entrevistas e questionários aplicados ao profissional citado.

Para a coleta de dados sobre a Demonstração do Fluxo de caixa tomamos como base renomados autores da área de contabilidade com Marion e Iudícibus, além de órgãos como o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que dita as regras a serem seguidas pelos profissionais contábeis no país.

Em relação ao estudo de caso propriamente dito, a forma de contato com o Microempreendedor estudado foi através de entrevistas, guiada por um primeiro questionário que foi aplicado com o intuito de conhecer o microempresário. Neste primeiro momento foram coletados dados voltados à sua história profissional e principalmente sobre a forma como o mesmo gere a sua empresa. Esses dados foram coletados durante o mês de Julho de 2015.

Durante a entrevista também foi apresentado ao MEI estudado a DFC como uma ferramenta útil para gestão, explicando seus pontos fortes como a divisão em grupos de atividades que permitem a melhor visualização sobre a aplicação dos recursos. Momento em que também foi demonstrado ao MEI como deveriam ser realizadas as anotações financeiras do seu empreendimento, na DFC.

Em um segundo momento deu-se início a coleta dos dados financeiros do empreendimento referentes aos meses de Junho e Julho e Agosto de 2015. Esses dados foram necessários para o correto preenchimento da Demonstração do Fluxo de Caixa que foi confeccionada tomando como base o modelo apresentado pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis através do CPC 03. Este modelo foi escolhido e adaptado em função de ser o mais simplificado possível para que o MEI possa continuar utilizando esta ferramenta no futuro. Para isso, tivemos que adequar o nosso modelo para a realidade do MEI, como por exemplo, no que se refere às atividades de financiamento que são reduzidas, visto que o MEI não pode possuir um sócio.

As bases para esta pesquisa foram a legislação vigente sobre o MEI durante o ano de 2015 (Lei Complementar nº 147/2014) e a legislação vigente sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa em 2015 (Lei nº 11.638/2007) e o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, assim sendo o período de pesquisa e elaboração deste trabalho contempla o ano de

2015, o que significa que as alterações ocorridas na legislação após esse período não foram analisadas ou incorporadas a pesquisa.

O método escolhido para a criação do modelo de DFC utilizado neste trabalho foi o Método Direto. Tendo em vista à legislação vigente, em que o MEI não é obrigado a apresentar nenhuma demonstração contábil, por este motivo o Modelo de Demonstração de Fluxo de Caixa Indireto foi descartado, uma vez que o mesmo é elaborado a partir do Lucro Líquido da entidade, informação que é encontrada na Demonstração do Resultado.

A partir das demonstrações elaboradas foram desenvolvidas algumas análises das informações fornecidas pelas Demonstrações do Fluxo de caixa e a explicação de como essas informações podem auxiliar o Microempreendedor na tomada de decisão.

Por último, foi realizada uma nova entrevista e aplicação de um segundo questionário, com o intuito de descrever a percepção do profissional-gestor estudado, através da análise das falas e das opiniões emitidas por ele no que se refere a possibilidade implementação da Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramenta de auxílio na gestão da sua oficina mecânica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Demonstração Do Fluxo De Caixa (DFC)

Uma empresa em funcionamento sempre terá obrigações para cumprir, uma delas e que merece grande atenção são as obrigações financeiras, seja com o governo, investidores ou até mesmo funcionários, por isso é importante para o gestor, seja ele o dono, gerente ou outro responsável, ter recursos disponíveis para pagar essas obrigações quando for solicitado. Ao mesmo tempo, ter mais recursos em caixa do que o necessário pode ser ruim para a empresa, no sentido de que esse dinheiro poderia estar sendo utilizado de outras formas e trazer mais benefícios para a mesma, como por exemplo, sendo utilizado em um investimento que trará um ganho.

É necessário que se tenha uma ferramenta que o auxilie a verificar como os recursos do seu empreendimento estão sendo utilizados e através de análises dessas informações, deter informações para determinar como a empresa pode aproveitar seus recursos de forma mais eficiente, podendo assim enfrentar da melhor forma possível as dificuldades de manter o próprio negócio, escapando, por exemplo, de problemas desnecessários como multas e juros por não cumprir suas obrigações nos prazos estabelecidos. Nesse sentido, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) aparece como uma ferramenta adequada para suprir essa necessidade dos gestores.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi introduzida pela Lei nº 11.638 de 2007 e regulamentada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do CPC 03 (R2) em vigor desde outubro de 2010. Marion (2012, p. 453) afirma que “[...] a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que *entrou* no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que *saiu* do Caixa em determinado período, e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro”.

O artigo 176 da Lei nº 11.638 afirma que “§ 6º. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) **não será obrigada** à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa” (BRASIL, 2007, grifo nosso). Ou seja, as empresas menores, com as MEI não são obrigadas a elaborar e publicar a DFC.

Para escrituração da DFC são utilizadas não apenas as informações relacionadas ao caixa propriamente dito da empresa, mas também as informações relacionadas aos seus equivalentes de caixa, que podem ser definidos como:

Equivalentes de caixa compreendem as contas representativas de aplicações financeiras que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata. [...] abrangem todos os investimentos efetuados pela empresa, resgatáveis em até três meses e que tenham altíssima liquidez. (RIBEIRO, 2012, p. 434, grifo do autor).

Desta forma, entende-se que equivalente de caixa são os valores excedentes de caixa que a empresa decide investir em aplicações onde possa ganhar juros e que podem ser facilmente revertidos em caixa, sem que apresentem um alto risco de mudança de valor, como por exemplo: aplicações financeiras de curto prazo como a caderneta de poupança, Letras do Tesouro Nacional.

3.2 Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa

As informações geradas pela DFC podem auxiliar o gestor no planejamento e controle financeiro da entidade, visto que essa demonstração apresenta uma divisão das atividades da empresa em três partes: Operacionais, Investimento e Financiamento, conforme descreve o CPC 03 (2010, p.4):

A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser usadas também para avaliar a relação entre essas atividades.

Pode-se dizer que essa divisão de atividades é o principal ponto para a utilidade da DFC para fins gerenciais. Essa divisão faz com que a DFC não seja apenas uma escrituração das entradas e saídas de recursos da empresa, mas sim uma forma de apresentar onde e como as mesmas ocorreram e assim poder melhorar o desempenho financeiro da mesma. Ribeiro (2012, p.435) explica estas atividades como:

- a) **Atividades Operacionais** – compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da empresa. Elas podem ser exemplificadas pelo

- recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento dos funcionários, etc.;
- b) **Atividades de Investimentos** – compreendem as transações com os Ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras empresas e de Ativos utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da empresa. É importante citar que as atividades de investimento não compreendem a aquisição de Ativos com o objetivo de revenda;
 - c) **Atividades de Financiamento** – incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Esta divisão permite visualizar onde os recursos estão sendo aplicados, o que pode vir a facilitar ao usuário a percepção de onde esses recursos devem ser aplicados para proporcionar melhores resultados. Assim, através da DFC pode-se visualizar melhor quais as prioridades financeiras da empresa, para que o gestor possa tomar as decisões cabíveis para melhor gerir os recursos financeiros existentes.

A DFC como ferramenta de gestão pode e deve ser adaptada de modo a melhor atender as necessidades do gestor. Atualmente são definidos dois modelos básicos para a DFC.

3.3 Modelos da Demonstração do Fluxo de Caixa

O CPC 03 institui dois modelos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa: o Método Direto ou o Método Indireto, ficando à escolha dos gestores qual método melhor se adequa a realidade financeira da entidade. Os dois modelos apresentam divergências em sua estrutura e também podem apresentar diferentes benefícios para os usuários.

3.3.1 Método Direto

Sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto, Marion (2012, p. 458), expõe que esta:

[...] é também denominada Fluxos de Caixa no Sentido Restrito. Muitos se referem a ele como o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, porque, [...] nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades no período.

Neste método a DFC é estruturada a partir dos valores que entraram no Caixa, como recebimentos de clientes; e os valores que saíram, como pagamentos de impostos, salários dos funcionários, compra de matéria prima, etc, efetuados durante o período.

O CPC 03 (2010, p. 7) afirma que:

Pelo método direto, as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas alternativamente:

- (a) dos registros contábeis da entidade; ou
- (b) pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos e similares) e outros itens da demonstração do resultado ou do resultado abrangente referentes a:
 - (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
 - (ii) outros itens que não envolvem caixa; e
 - (iii) outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

Percebe-se que este método apresenta um formato mais simples de aplicação e análise e mostra ao gestor o real caixa gerado pela empresa. Por outro lado, será difícil sua implementação se a empresa não possuir informações sobre suas receitas e despesas.

3.3.2 Método Indireto

No Método Indireto, a DFC é feita partindo não do caixa, mas do sim do Lucro Líquido do Exercício e segundo Padoveze (2012, p. 389) “é o método que mais tem sido utilizado em demonstrações internacionais [...]”.

O CPC 03 (2010, p. 7-8) afirma que:

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:

- (a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;

- (b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e
- (c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

No método indireto, a DFC é iniciada pelo Lucro Líquido que é definido como o ganho que a empresa tem depois de ter pago todas as suas obrigações com terceiros (Fisco, fornecedores, etc). Tal informação é encontrada em outra demonstração contábil denominada Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) na qual são listadas as receitas e despesas da empresa em um determinado período, para se apurar se a empresa teve um ganho (lucro) ou perda (prejuízo);

No método indireto, o Lucro Líquido é ajustado pelos saldos das variações das contas relacionadas ao caixa da empresa. Deste modo, o método indireto não demonstra efetivamente o que entrou e saiu do caixa, mas apenas as variações que essas contas sofreram no período.

[...] são efetuados ajustes ao lucro líquido pelo valor das operações consideradas como receitas e despesas mas que, então, não afetaram as disponibilidades, de forma que possa demonstrar sua variação no período. Enfocamos o Caixa, consideramos como aplicações (saídas) do caixa o aumento nas contas do Ativo Circulante e as diminuições no Passivo Circulante. Por outro lado, as diminuições de Ativo Circulante e aumentos nas contas do Passivo Circulante correspondem às origens (entradas) de caixa. (MARION, 2012, p. 458-459)

Este método apresenta a diferença entre o lucro e o caixa líquido que foi gerado pelas operações da empresa, demonstrando o ganho real. Entretanto, sua estrutura pode ser considerada mais complicada para usuários com pouco conhecimento sobre as demonstrações contábeis, principalmente pelo fato de a mesma utilizar informações provenientes da Demonstração do Resultado.

Sendo assim, nota-se que o método mais indicado para o MEI é o direto, por ser mais simples de ser aplicado por um gestor com pouco conhecimento sobre as demonstrações contábeis.

3.4 A Demonstração do Fluxo de Caixa para a tomada de decisão do MEI.

A DFC pode ser utilizada por qualquer tipo de empreendedor, e para questões gerencias, pode ser adaptado de forma que melhor possa atender as necessidades de cada

usuário. É importantes destacar que foco desta pesquisa é o Microempreendedor individual, deste modo, as informações apresentadas a seguir podem não se adequar a outros tipos de usuários.

A contabilidade é utilizada para o controle do patrimônio, e também como uma ferramenta de grande ajuda para a tomada de decisão. Através de suas demonstrações a Contabilidade gera informações que, quando interpretadas corretamente, podem auxiliar nas decisões para o planejamento da empresa, a curto e longo prazo.

Para um empreendimento, um bom controle financeiro pode ser a diferença entre a falência e a sua continuidade, ou até mesmo o seu crescimento. Do mesmo modo, para uma pessoa física, controlar os seus recursos financeiros é de extrema importância, pois quase sempre, é a partir dos seus recursos que uma pessoa pode realizar seus sonhos, garantir o seu crescimento e qualidade de vida e também das pessoas que dele dependem, como seus filhos.

A DFC é uma ferramenta de controle financeiro, por permitir a visualização mais detalhada sobre a aplicação dos recursos, mas também, é uma demonstração contábil, que pode ser interpretada e ajudar a definir planos e metas, tanto de empresas quanto de uma pessoa física. Para o MEI, pode se tornar uma ferramenta bastante útil, permitindo ao mesmo o contato com a contabilidade de maneira simples e fácil de entender. Através dela poderá ser observada as alterações no disponível da empresa ou o fluxo de caixa, que contém informações úteis para vários usuários distintos.

O Comitê de Pronunciamentos Técnicos discorre sobre a utilidade da DFC, através do CPC 03 (2010, p.2):

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

Assim, as informações contidas na DFC podem auxiliar tanto os usuários internos quanto os externos. Pode-se destacar que os usuários externos são aqueles que estão fora do âmbito da empresa, mas procuram informações sobre a empresa para averiguar a capacidade da mesma de cumprir suas obrigações. Quando consideramos a DFC em âmbito de comparabilidade, podemos perceber em suas características, enquanto informação contábil, de

comparação. Como essa demonstração está ligada aos recursos financeiros de rápida liquidez, caixa e equivalentes, informações da DFC de entidades diferentes, por exemplo, podem servir de apoio para a análise do desempenho dessas empresas. Assim evitando a utilização de diferentes maneiras de análise, como destacou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

[...] A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos. (CPC 03, 2010, p. 3)

Um banco, por exemplo, pode utilizar as informações da DFC para saber a capacidade de pagamento de algum financiamento ou empréstimo solicitado; Investidores buscam informações que auxiliam na escolha da melhor empresa para investir.

Quando tratamos dos usuários internos podemos pensar, por exemplo, nos próprios gestores, que normalmente tomam decisões importantes na empresa considerando informações como as da DFC. Essas informações servem, dentre outras possibilidades, para o acompanhamento da gestão de recursos financeiros, percebendo onde estes foram aplicados.

Outras funções da demonstração foram destacadas por Marion (2012, p. 454):

Propicia a DFC ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia tipicamente inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, mas o estritamente necessário para fazer face a seus compromissos. Por meio do planejamento financeiro o gerente saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta (insuficiência) de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, evitando, assim, a corrosão inflacionária e proporcionando maior rendimento à empresa.

Para o que Marion destacou seja possível de ser executado é necessário que haja um planejamento financeiro eficiente. Ross, Westerfield e Jaffe (2011, p. 589) afirmam que “O planejamento financeiro estabelece as diretrizes e mudanças da empresa”, visto que estas mudanças que geralmente visam o crescimento da empresa. Tendo em vista que no caso do MEI, o proprietário é quem toma grande parte das decisões, ele necessita ter acesso a informações reais e tempestivas para embasar o seu planejamento.

Pois, segundo Capel e Martins (2012, p. 31). “Sem um bom planejamento financeiro diminuem as chances de a empresa apresentar sucesso ou ser competitiva, pois ao não conhecer bem suas finanças não saberá utilizá-las de maneira estratégica.”.

4 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Dentre os usuários das informações contábeis podemos destacar o Microempreendedor Individual, que é o foco desta pesquisa. O MEI é classificado como um usuário interno, por ser ao mesmo tempo dono do empreendimento e gestor, que necessita de informações que o auxiliem nas suas decisões.

A condição de Microempreendedor Individual (MEI) foi instituída pela Lei Complementar nº 128/2008, que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº123/2006). Como afirma o Portal do Empreendedor (2015): “O MEI é um programa de formalização e inclusão produtiva e previdenciária que atende a pequenos empreendedores de forma simplificada, descomplicada e com redução de carga tributária.”

Esta categoria foi criada com o intuito de facilitar a formalização de brasileiros que trabalham na informalidade e não tinham direito a uma série de benefícios, com a principal vantagem de ter menos burocracia, tanto para abertura, funcionamento ou até encerramento da empresa, e custos reduzidos para o empresário (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015). Em 2011, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi alterada pela Lei Complementar nº 139/2011 que elevou o limite de faturamento anual do MEI, passando de R\$ 36.000,00 por ano para R\$ 60.000,00 por ano. Essa alteração permitiu que o microempreendedor individual pudesse faturar mais sem ter maiores encargos.

A lei mais atual que trata sobre o MEI é a Lei Complementar nº 147/2014 e, com base na legislação atual, o Microempreendedor Individual é definido pelo Portal do Empreendedor (2015) como:

[...] a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um emprego contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Assim, o Microempreendedor Individual é um profissional que pode se formalizar através do enquadramento como MEI, sem a necessidade de grandes burocracias ou dispêndios financeiros.

Segundo o Anexo XIII da Resolução CGSN¹ N° 117, de 02 de Dezembro de 2014, Atualmente, são mais de 500 atividades ou profissões que podem se enquadrar como MEI, tendo como exemplo:

- Serviços: Borracheiro, Churrasqueiro Ambulante, Diarista;
- Comercio: Jornaleiro, Quitandeiro, Comerciante de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos;
- Indústria: Fabricante de Papel, Fabricante de Produtos de Limpeza, Fabricante de Sabões e Detergentes Sintéticos.

O Portal do Empreendedor (2015) revelou dados estatísticos onde demonstra que: “O setor de serviços lidera o número de MEIs, com 42,12% do total. O comércio também se destaca nas formalizações com 36,6%, seguido pela indústria (11,6%), construção (9,44%) e agropecuária (0,08%)”.

4.1 Benefícios da Formalização

Com a formalização o MEI passa a possuir o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que o permite ter direito de emitir notas fiscais, ter acesso a linhas de créditos para pessoa jurídica, fazer vendas por meio de cartão de crédito, podendo inclusive vender para o governo através de licitações.

O MEI e sua família também passam a ter acesso a vários benefícios previdenciários, tais como:

Cobertura Previdenciária para o empreendedor e sua família (auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão), com contribuição mensal reduzida - 5% do salário mínimo, hoje R\$ 39,40.

Com essa cobertura o empreendedor estará protegido em caso de afastamento por doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e salário maternidade, no caso de gestantes e adotantes, após um número mínimo de contribuições. Sua família terá direito a pensão por morte e auxílio reclusão. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Percebe-se, ainda, que esta inclusão social acontece mediante a contribuição através de uma alíquota reduzida, sendo esta redução de alíquota também pode ser percebida como um

¹ Comitê Gestor do Simples Nacional

dos benefícios do enquadramento como Micro Empresário Individual, assim como o benefício de pagamentos tributos, e de forma simplificada através do Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI). Segundo o Portal do Empreendedor (2015):

O microempreendedor individual – MEI tem como despesas legalmente estabelecidas, **APENAS**, o pagamento mensal de **R\$ 39,40** (INSS), acrescido de **R\$ 5,00** (Prestadores de Serviço) ou **R\$ 1,00** (Comércio e Indústria) por meio de carnê emitido do Portal do Empreendedor.

Sendo assim, o MEI irá pagar um valor fixo mensal de R\$ 40,40 se for comércio ou indústria; R\$ 44,40 se for prestador de serviços ou R\$ 45,40 se for comércio e prestador de serviços e/ou se for indústria e prestador de serviços. Esses valores são atualizados anualmente tendo como base o salário mínimo vigente. Quanto aos impostos federais, o portal do SEBRAE² (2015) afirma que “O MEI está enquadrado no Simples Nacional, e isso permite que o mesmo fique isento dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL)”.

Segundo o Portal do Empreendedor (2015) o MEI também pode registrar um empregado com baixo custo trabalhista e tributário, contribuindo com 3% para a Previdência e com 8% do salário mínimo mensal para o FGTS. Visto que o salário mínimo vigente em 2015 é de R\$ 788,00, o microempresário contribui com os encargos trabalhistas e previdenciários no valor total de R\$ 86,68. O empregado também contribui com 8% do seu pró-labore para a Previdência (R\$ 63,04). No caso de demissão sem justa causa, o empregador arca com a multa de 40% no FGTS do funcionário dispensado.

O MEI conta com o apoio técnico do SEBRAE², que oferece cursos e planejamentos de negócios com o intuito de capacitar os empreendedores. Há também endereços eletrônicos próprios para ajudar o Microempreendedor como o Portal do Empreendedor, o site da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e o próprio site do SEBRAE.

O Portal do Empreendedor (2015) afirma que as obrigações acessórias do MEI são:

- Emitir documento fiscal quando o destinatário for empresa, salvo se o destinatário emitir nota fiscal de entrada de mercadorias.
- Manter Relatório Mensal de Receitas Brutas para comprovação das receitas, onde deverão ser anexadas as notas fiscais de entrada de mercadorias e serviços tomados, bem como as notas fiscais de vendas ou prestação de serviços emitidas.

² SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- Apresentar Declaração Anual para o MEI - DASN-SIMEI.
- Prestar informações de seus empregados nos casos de admissão e demissão.

Nota: O MEI fica dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis, da Declaração Eletrônica de Serviços e da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Podemos perceber que se tornar MEI apresenta diversas vantagens, entretanto, através do mesmo texto, podemos perceber pontos que dever ser avaliados como desvantagens, como o fato de que o MEI não poderá ter mais de um funcionário ou passar a ter um sócio. Outro ponto é os impostos fixos pagos mensalmente, que mesmo sendo um valor baixo, devem ser pago, independente se o MEI está obtendo receita ou não.

Outra avaliação negativa é que boa parte dos Microempreendedores Individuais não tem acompanhamento de um contador, que é o profissional preparado para auxiliar o gestor no que concerne as obrigações fiscais, trabalhistas e as obrigações acessórias. Além disto, o contador também pode atuar como um consultor, fornecendo informações uteis para que o gestor possa tomar decisões que tragam melhores resultados para a empresa através das informações geradas pela contabilidade.

4.2 O MEI e a Contabilidade

É comum nas pequenas empresas que os donos assumam, também, o papel de gestores, apesar de que em muitos casos estes podem não ter as habilidades necessárias para administrar todas as áreas inerentes ao empreendimento, como afirma Kassai (1997, p. 7):

É grande o número de empreendedores que, após criar sua empresa, passam a desempenhar um papel gerencial, seja geral ou específico. No entanto, em muitos casos o empreendedor possui conhecimento técnico da área em que pretende atuar, mas não tem experiência de exercer um papel administrativo. Ou então, ocupou cargos de gerência em empresas grandes ou médias e agora pretende dirigir sua própria empresa, deparando-se com problemas de administração de pessoal, produção, compras, capital de giro entre outros. Muitas vezes, evita a ajuda de especialistas, porque acha que não haveria interesse por parte desde em estudar problemas de uma pequena empresa, ou então, por que obterá uma economia de recursos, uma vez que a ajuda de especialistas geralmente estará associada a algum custo. O empreendedor, dessa forma, passa a dedicar seu tempo à solução de problemas rotineiros e acaba perdendo a visão o negócio, a dimensão do planejamento e até abandonando a busca de oportunidades.

Percebe-se assim, que a gestão de um empreendimento, por menor que seja, é algo que demanda dedicação e boa parte do tempo do empreendedor, já que este geralmente, não conta com o auxílio de outros profissionais especializados na área de gestão.

A contabilidade formal como livro diário e razão está dispensada. Não é preciso também ter livro caixa. Contudo, o MEI deve zela pela sua atividade e manter um mínimo de organização em relação ao que compra, ao que vende e quanto está ganhando. O empreendedor deverá registrar, mensalmente em formulário simplificado, o total das suas receitas. Deverá manter em seu poder, da mesma forma, as notas fiscais de compras e vendas de produtos e de serviços (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015).

Do MEI, é exigido que o mesmo tenha a posse das notas fiscais de compras e vendas para preencher corretamente o Relatório Mensal de Receitas que obteve no mês anterior, e da Declaração Anual do Simples Nacional (Dasn) onde o MEI declara o valor do faturamento do ano anterior (SEBRAE, 2015).

A legislação do MEI simplificou a utilização da contabilidade no que diz respeito a área tributária. Mas em questão do papel da contabilidade na gestão a mesma é indispensável, por ser o contador o profissional mais capacitado a trazer informações uteis para o gestor basear as suas decisões.

Albino (2003, p. 24) afirma que:

Os relatórios produzidos pela contabilidade, dificilmente são utilizados como auxílio à gestão e tomada de decisão pelos gestores das micro e pequenas empresas, não só pelo desconhecimento do seu valor, mas também pela dificuldade encontrada no seu entendimento.

Essa afirmação reforça que a contabilidade deve ser adaptada ao seu usuário, de forma que possa atender as suas necessidades sem grandes dificuldades. O contador deve ter este cuidado, visando sempre manter a qualidade das informações.

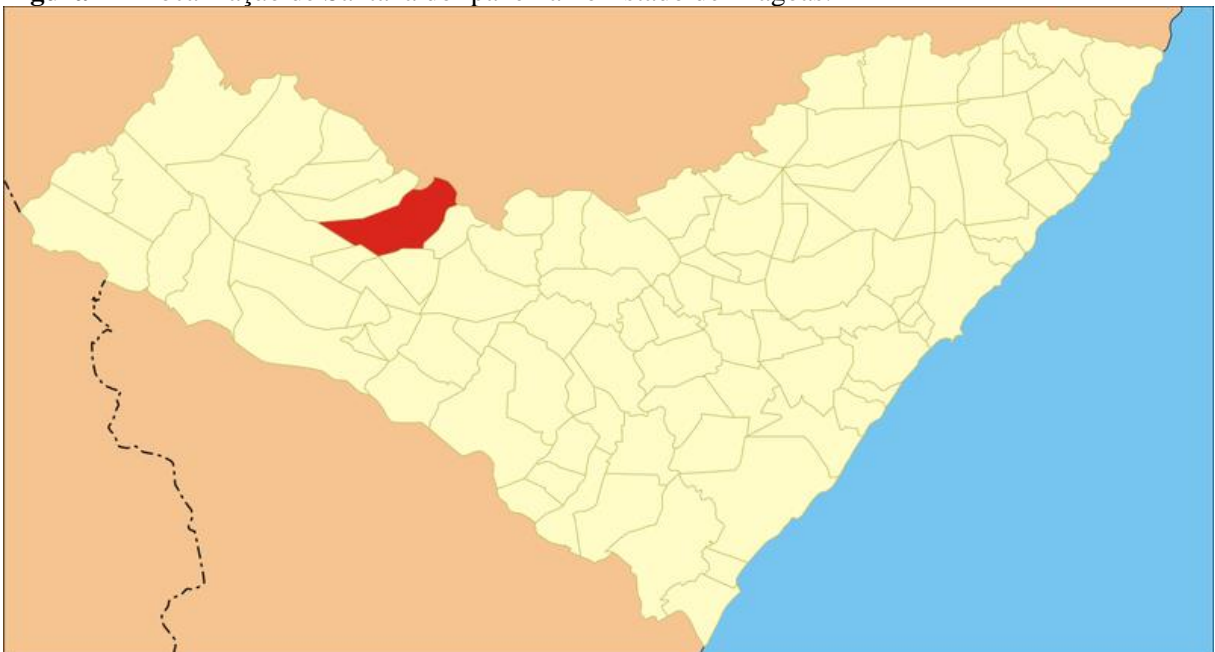
Assim, percebe-se que a ciência contábil deve procurar se inteirar da realidade, econômica, financeira, social e patrimonial que estas entidades estão inseridas, procurando também exercer o seu papel, enquanto ciência social, e atuando junto a estes “novos” sujeitos sociais.

5 O MEI EM SANTANA DO IPANEMA – AL

5.1 Caracterização da Cidade

O município onde a pesquisa foi realizada é Santana do Ipanema, localizado na microrregião de Santana do Ipanema que faz parte da Mesorregião do Sertão Alagoano, no Nordeste do Brasil. Sua posição geográfica em Alagoas pode ser observada na figura 1:

Figura 1 – Localização de Santana do Ipanema no Estado de Alagoas.



Fonte: Wikipédia , 2016.

O território do município de Santana do Ipanema é de aproximadamente 438 km² e a população total estimada do município em 2014 era de 47.593 habitantes, segundo dados do IBGE³ (2014). Sendo que 4.116 pessoas possuíam uma ocupação remunerada, recebendo em média 1,9 salários mínimos por mês (IBGE, 2013).

Em 2012, Santana do Ipanema apresentou um PIB per capita de R\$ 5.680,09 (IBGE, 2012), sendo este o maior PIB da microrregião de Santana do Ipanema, o que demonstra a importância econômica do município, visto que nesta micro região encontram-se mais oito municípios circunvizinhos. Em relação ao PIB do Sertão Alagoano, Santana do Ipanema fica atrás, apenas do município de Delmiro Gouveia, que se localiza na microrregião do Sertão do São Francisco.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Figura 2 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) em R\$ de Santana do Ipanema – AL em 2012.

Discriminação	2012	
	Valor	Participação (%)
Valor Adicionado de Serviços - (R\$ 1.000)	205.337,80	86,98
Valor Adicionado da Indústria - (R\$ 1.000)	22.394,28	9,49
Valor Adicionado da Agropecuária - (R\$ 1.000)	8.332,87	3,53
Valor Adicionado Total - (R\$ 1.000)	236.064,95	100,00
Produto Interno Bruto - (R\$ 1.000)	258.177,10	-
PIB per capita municipal - (R\$ 1,00)	5.680,09	-

Fonte: Alagoas em dados e informações, 2016.

Segundo o Portal Alagoas em Dados e Informações grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2012 foi gerado pelo setor de serviços, representando cerca de 86,98% do valor total, apresentado na figura 2. Assim, destaca-se que o MEI estudado atua no ramo de serviços, deste modo, ele participa do setor de maior participação de valor adicionado no município de Santana do Ipanema. Visto que os setores de indústria e agropecuária não tiveram grande participação representando 9,49% e 3,53% respectivamente. Enquanto os dados apresentados indicam que o setor de serviços vem se destacando na geração do PIB neste município.

5.2 Caracterização do MEI em Santana do Ipanema – AL

Em relação aos empreendimentos, na modalidade de Microempreendedor Individual o Portal do Empreendedor (2015) listou o total de 723 microempreendedores individuais, no município de Santana do Ipanema, como mostrado na figura 3.

Figura 3 - Total de Microempreendedores Individuais em Santana do Ipanema – AL, 2015.**TOTAL GERAL DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS****ESTATÍSTICAS INTERNET**

Acumulado Município - Inscritos Total

Data da Pesquisa: 31/12/2015



UF: ALAGOAS

 Todos os Municípios

Selecione os Municípios Desejados:

- AGUA BRANCA
- ANADIA
- ARAPIRACA
- ATALAIA
- BARRA DE SANTO ANTONIO
- BARRA DE SAO MIGUEL
- BATALHA
- BELEM
- BELO MONTE
- BOCA DA MATA
- BRANQUINHA
- CACIMBINHAS

Apenas municípios para os quais existem optantes são listados

Inserir >

< Remover

<< Remover Tudo

Municípios Selecionados:

- SANTANA DO IPANEMA

Consultar

Voltar

Exportar CSV

RESULTADOS

Total de Empresas Optantes no SIMEI por município da Unidade Federativa AL, em 31/12/2015

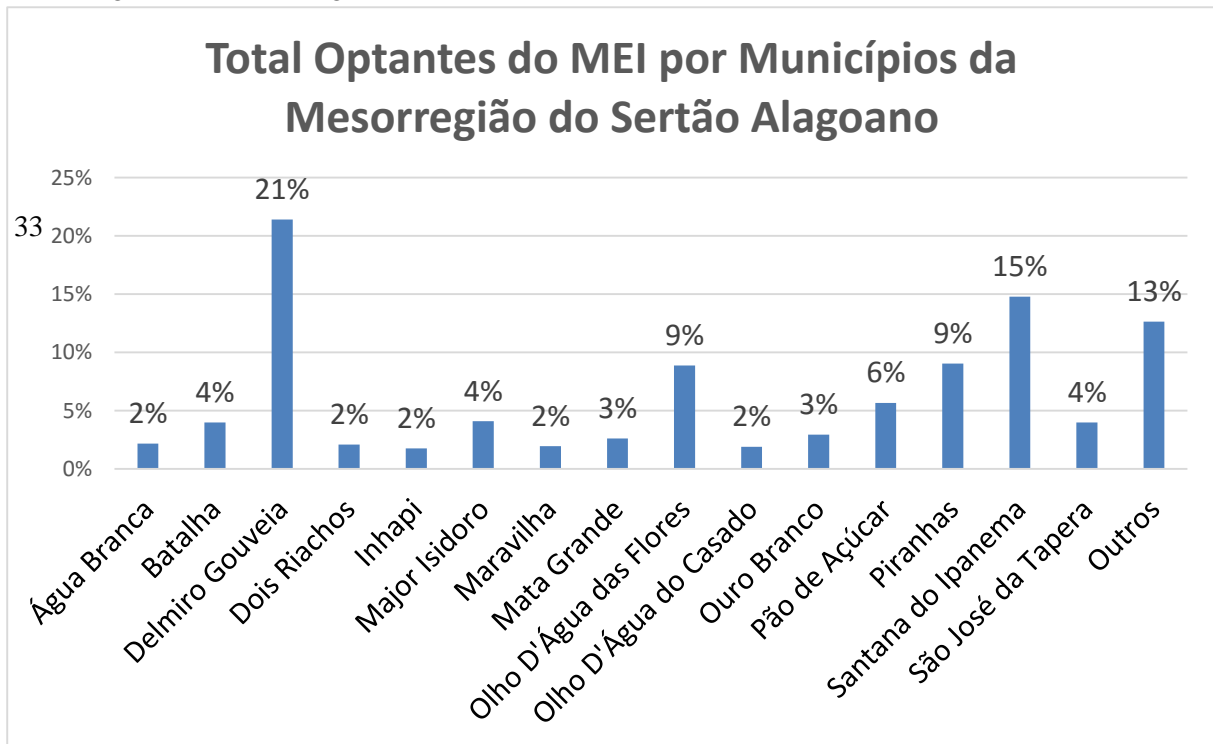
Município	Total Optantes
SANTANA DO IPANEMA	723
Total Geral	723

Dados extraídos em: 09/04/2016 12:00

Fonte: Portal do Empreendedor, 2016.

Como demonstrado na figura 3, até o dia 31 de dezembro de 2014, existiam em Santana do Ipanema 723 profissionais MEIs, que em relação ao total de Microempreendedores Individuais localizados na Mesorregião do Sertão Alagoano (4.889 profissionais MEIs), segundo o Portal do Empreendedor (2015), representam aproximadamente 15% do total de MEIs no Sertão de Alagoas, conforme pode-se observar no gráfico 1.

Gráfico 01 - Percentuais de Microempreendedores Individuais por Municípios, localizados na Mesorregião do Sertão Alagoano, em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados fornecidos pelo Portal do Empreendedor, 2016.

Observa-se que Delmiro Gouveia é o município com maior número de MEIs, com 1.047 profissionais enquadrados na categoria até o final de 2015, representando 21% do total de MEIs de toda a mesorregião onde o município se localiza. Já o município de Santana do Ipanema aparece logo em seguida com 15% dos MEIs da Região do Sertão alagoano cadastrados até o fim de 2015. Representando 9% dos MEIs no Sertão de Alagoas são listados os municípios de Piranhas e Olho D'Água das flores com a média de 438 profissionais cada. O percentual "Outros" representa os 11 municípios que atingem, cada um, até 1% no total de Microempreendedores Individuais registrados.

Desta análise, podemos perceber que Santana do Ipanema concentra um grande número de Microempreendedores Individuais, se destacando no percentual total da Mesorregião onde está localizado, sendo esta uma das justificativas da escolha do município como local de estudo desta pesquisa.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 Caracterização do empreendimento e do Microempreendedor estudado

O Microempreendedor Individual entrevistado possui o segundo grau completo, é casado e pai de três filhos, e é dono de uma oficina mecânica desde 2001, sempre atuando em Santana do Ipanema/AL. Depois de 9 anos trabalhando informalmente, o profissional se formalizou como MEI em junho de 2010. Até então o mesmo não contribuía para o INSS e afirma que sentia falta das vantagens de ser um profissional registrado “Mas, antes era muita burocracia e impostos altos, ‘ia’ dar muita dor de cabeça” (MEI Entrevistado).

O ponto comercial do MEI, atualmente, localiza-se próximo à saída do município de Santana do Ipanema, às margens da BR 116 em direção à cidade de Poço das Trincheiras. O mesmo afirma que já teve que mudar de localidade algumas vezes por conta do valor do aluguel cobrado e outras vezes por falta de espaço. Hoje ele trabalha em um grande galpão alugado. Sobre as mudanças de endereço o MEI entrevistado afirma que não teve problemas com a sua clientela, conforme percebe-se na sua fala ao afirmar que “Sempre que mudei os meus clientes sempre vieram me procurar, mesmo sendo longe do centro. Eles gostam dos meus serviços”.

Sobre a renda percebida pelo Microempreendedor, este declara que recebe em média R\$ 4.000,00 bruto por mês (o que correspondente a aproximadamente 05 salários mínimos, vigentes em dezembro de 2015). O Empreendedor afirma que esse valor aumentou depois de ter se tornado MEI, pois agora com CNPJ, o profissional compra ferramentas e equipamentos diretamente do fabricante, a um preço mais acessível e com melhores condições de parcelamento.

O MEI afirma que a referida receita cobre todos os gastos da oficina, tais como: aluguel, água, energia elétrica entre outros. O Entrevistado afirma também que com este faturamento ele sustenta a sua família de 5 pessoas, contando para o complemento da renda familiar apenas com o repasse governamental do programa Bolsa Família. “Ainda não sobra muito, mas dá pra ter um conforto para mim e para eles” (MEI Entrevistado).

O Entrevistado afirma que atualmente está tentando retirar um empréstimo bancário e que isso só se tornou possível depois da formalização “A muito tempo eu queria um

empréstimo para comprar equipamentos ou até mesmo um galpão, mas sendo informal era praticamente impossível”.

Atualmente o MEI trabalha sozinho, mas descreve que já teve um funcionário informalmente em outras épocas “A gente entrava em acordo, era caro registrar o funcionário, e também era difícil pela questão de horário de trabalho, aqui a gente precisa chegar cedo e não sabe a hora que vai largar. Eu pagava por semana, mas hoje estou dando conta do serviço sozinho”.

O entrevistado afirma que a sazonalidade não é muito expressiva, mas o movimento aumenta um pouco nas épocas de férias escolares, quando os motoristas de transporte escolar, principalmente das áreas rurais estão parados e podem deixar os carros na oficina para fazer serviços mais demorados.

No que diz respeito à gestão do empreendimento o profissional diz acreditar que tem o conhecimento mínimo necessário para ter o controle de suas finanças. O MEI mantém os registros diários de quanto recebe e de quanto gasta por mês, em cadernos, como é demonstrado através da figura 4.

Figura 4 – Exemplo Do Controle Mantido Pelo MEI Estudado.

JULHO		
01.07.15		57.00
02.07.15		70.00
03.07.15		225.00
04.07.15		130.00
06.07.15		45.00
07.07.15		8.00
08.07.15		137.00
09.07.15		155.00
10.07.15		176.00
11.07.15		190.00

Fonte: Pesquisa de campo, dados da pesquisa, 2015.

A imagem mostra uma página do caderno do MEI estudado onde é mantido o controle das receitas da empresa, deste modo o mesmo afirma que pode ter o controle de quanto teve de receita em cada dia de trabalho e também, ter o conhecimento de quais dias da semana existe uma média de receita maior.

Um ponto que merece destaque é que o MEI entrevistado afirma estar sempre procurando se atualizar, por isso sempre participa de cursos oferecidos pela Associação

Comercial de Santana do Ipanema (ACSI) e também do SEBRAE: “O SEBRAE sempre foi de muita ajuda. Fiz cursos tanto para ajudar na gestão quanto para aprender mais sobre mecânica. Eles sempre estão à disposição para me ajudar” (MEI Entrevistado).

Ao mesmo tempo, através de entrevista foi possível perceber que o profissional em questão tem o conhecimento de várias ferramentas que podem auxiliar a gestão do seu empreendimento, mas não utiliza quase nenhum deles, como demonstrado tabela 1.

Tabela 1 – Controles Administrativos conhecidos pelo MEI Estudado

Controles Administrativos Conhecidos Pelo MEI Estudado		
	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Controle de Contas a Receber		X
Controle de Contas a Pagar	X	
Controle de Estoque		X
Controle de Caixa	X	
Orçamento		X
Controle de Receitas e Despesas	X	
Pesquisa de preço entre os Fornecedores	X	
Conhecimento da concorrência		X
Fluxo de Caixa		X
Pesquisa de qualidade do produto/serviço prestados		X
Serviços Contábeis utilizados para a tomada de decisão		X

Fonte: Pesquisa de campo, dados da pesquisa, 2015.

Dos 11 controles administrativos que o MEI Estudado afirma conhecer, o mesmo utiliza apenas 4, sendo eles sempre ligados ao controle das receitas e despesas da sua empresa. O fato do mesmo não utilizar controles como Controle de Estoque e Orçamento se justifica, pois o serviço ofertado pelo entrevistado não exige uma grande quantidade de matéria-prima.

Por outro lado, é possível perceber que o entrevistado poderia utilizar outras ferramentas de controle para saber como anda a qualidade do serviço por ele ofertado, além do uso da contabilidade para auxiliá-lo na gestão do seu empreendimento.

Percebe-se que o profissional tem algum conhecimento sobre a gestão do seu empreendimento, os quais foram adquiridos principalmente através de cursos e palestras. Pode-se perceber, também, que o MEI não utiliza ferramentas contábeis para o auxiliar a gestão da sua oficina, ponto este que reafirma a importância deste trabalho, o qual pretende auxiliá-lo a tomar melhores decisões para o seu negócio.

Neste contexto, esta pesquisa expõe os resultados obtidos através da implantação de um modelo do demonstrativo de fluxo de caixa que foi alimentado durante os meses de junho, julho e agosto de 2015, conforme exposição a seguir.

6.2 Modelo da Demonstração de Fluxo de Caixa adotado para o Microempendedor Individual estudado

O modelo desenvolvido para esta pesquisa foi baseado na demonstração apresentada pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis através do CPC 03. A adaptação foi pensada de forma a atender as necessidades destacadas pelo Microempendedor individual. Assim, o modelo apresentado abaixo, foi utilizado e analisado em conjunto com o microempendedor estudado.

Figura 5 – Estrutura do Fluxo de Caixa Utilizado pelo MEI, em Santana do Ipanema/AL, em 2015.

Fluxo de Caixa Proveniente:			
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Junho	Julho	Agosto
(+) Recebimento de Clientes e outros	(+)	(+)	(+)
(-) Pagamento a Fornecedores	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento a Funcionários	(-)	(-)	(-)
(-) Recolhimentos ao Governo	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Aluguel	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento Água/Energia Elétrica	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Telefone	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Juros (taxas) de atividades operacionais	(-)	(-)	(-)
(-) retirada de pró-labore	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento a Credores Diversos	(-)	(-)	(-)
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas Nas) Atividades Operacionais	(=)	(=)	(=)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	(+)	(+)	(+)
(-) Aquisição de Ativo Permanente	(-)	(-)	(-)
(+) Rendimento financeiro (Banco)	(+)	(+)	(+)
(+) Recebimento de Dividendos	(+)	(+)	(+)
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento	(=)	(=)	(=)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+) Novos Empréstimos	(+)	(+)	(+)
(-) Amortização de Empréstimos	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Juros de Empréstimos/financiamentos	(-)	(-)	(-)
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamento	(=)	(=)	(=)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES			
DISPONIBILIDADES - no início do período (saldo inicial)			
DISPONIBILIDADES - no final do período (saldo final)			

Fonte: Modelo da DFC adaptado do Comitê de Pronunciamento Contábeis através do CPC 03, 2015.

Junto com o modelo de DFC adaptado especificamente para o MEI , estudado (apresentado também no apêndice desse trabalho, para melhor visualização), foi criado um pequeno guia (apêndice D) para que o mesmo pudesse recorrer caso precisasse tirar dúvidas de forma rápida e simples. Neste contém informações sobre as divisões das atividades e sobre os sinais gráficos inseridos na DFC.

6.3 Resultados da implantação da Demonstração de Fluxo de Caixa para o Microempendedor individual estudado

É importante salientar que as DFCs dos meses de junho, julho e agosto de 2015 foram preenchidas pelo MEI, com o auxílio do pesquisador quando se mostrou necessário. Também foi criado um pequeno guia com explicações básicas sobre a DFC para tirar as dúvidas do Microempendedor. Logo, saliente-se que este foi um ponto importante para o profissional perceber que é capaz de preencher esta ferramenta sem depender de terceiros, o que facilita a sua implantação, principalmente por que o MEI não terá que despender tempo nem recursos financeiros.

A análise dos resultados foi baseada nas respostas dadas pelo entrevistado no segundo semestre de 2015. Para tanto, as análises foram divididas em pontos principais a serem avaliados como mostrado a seguir.

6.3.1 Implantação e Utilização do Fluxo de Caixa

Quanto ao uso da DFC, o MEI estudado afirmou não ter muitas dificuldades, neste sentido o Entrevistado afirma que “é fácil entender o que aumenta e o que diminui através dos sinais e títulos”.

Observou-se que o gestor não sentiu dificuldades ao preencher as colunas da DFC e utilizou uma calculadora para o auxiliar neste processo. Nota-se que as informações necessárias para alimentar a DFC foram coletadas de fontes que já eram mantidas pelo entrevistado, como por exemplo as notas fiscais das compras e o caderno onde o MEI realiza as anotações das Receitas.

O MEI estudado utilizou a DFC impressa e a preencheu de a mão, conforme retrata a figura 6, o que facilitou o manuseio, pois não foi necessário inserir no cotidiano do pesquisado a utilização de equipamentos mais complexos como um computador.

Figura 6 – DFC Preenchida Pelo MEI Estudado, em Santana do Ipanema em 2015.

Fluxo de Caixa Proveniente:			
	Junho	Julho	Agosto
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes e outros	(+) 4.325,00	(+) 3.972,00	(+) 4.180,00
(-) Pagamento a Fornecedores	(-) 380,00	(-) 285,00	(-) 345,00
(-) Pagamento a Funcionários	(-)	(-)	(-)
(-) Recolhimentos ao Governo	(-) 44,80	(-) 44,20	(-) 44,20
(-) Pagamento de Aluguel	(-) 500,00	(-) 500,00	(-) 500,00
(-) Pagamento Água/Energia Elétrica	(-) 193,00	(-) 180,00	(-) 187,00
(-) Pagamento de Telefone	(-) 63,00	(-) 63,00	(-) 63,00
(-) Pagamento de Juros (taxas) de atividades operacionais	(-)	(-)	(-)
(-) retirada de pró-labore	(-) 2.500,00	(-) 2.400,00	(-) 2.500,00
(-) Pagamento a Credores Diversos	(-) 82,00	(-) 87,00	(-) 95,00
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas Nas) Atividades Operacionais	(=) +5.628,80	(=) +3.772,80	(=) +4.445,80
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	(+)	(+) 80,00	(+)
(-) Aquisição de Ativo Permanente	(-) 482,00	(-) 390,00	(-) 470,00
(+) Rendimento financeiro (Banco)	(+)	(+)	(+)
(+) Recebimento de Dividendos	(+)	(+)	(+)
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento	(=) -482,00	(=) -310,00	(=) -470,00
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+) Novos Empréstimos	(+)	(+)	(+)
(-) Amortização de Empréstimos	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Juros de Empréstimos/financiamentos	(-)	(-)	(-)
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamento	(=)	(=)	(=)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	+80,80	+628,80	+15,80
DISPONIBILIDADES - no início do período (saldo inicial)		+80,80	+142,60
DISPONIBILIDADES - no final do período (saldo final)	+80,80	+1.423,60	+158,40

Fonte: elaborado pelo autor, e preenchido pelo MEI estudado, 2015.

Sobre a DFC preenchida pelo MEI estudado, é importante destacar alguns pontos sobre as contas utilizadas:

- Sobre a conta Pagamento a Fornecedores: foram agrupados nessa conta os gastos com materiais necessários para o funcionamento das atividades (como compra de graxa, fios, material de borracharia) quanto para o atendimento ao cliente, como custos com água mineral, cafezinho, etc;

- Sobre a conta Recolhimentos ao Governo: o valor anotado se refere ao valor dos impostos pagos mensalmente pelo MEI Estudado, como já foi dito, este valor é reduzido e pago totalmente em uma única parcela mensal;
- Sobre Pagamento de Credores Diversos: nessa conta foram agrupados os gastos que o MEI Estudado afirmou que não são corriqueiros, e que muitas vezes não tem ligação direta com o funcionamento da empresa.
- Sobre Recebimento de Venda de Imobilizado: no mês de julho, o MEI Estudado efetuou a venda de ferramentas que ele não utilizava mais para efetuar a compra de ferramentas novas, sendo essa prática não muito comum em sua empresa.

Pelo exposto, nota-se que o modelo proposto cumpriu o papel de ser simples, de modo que possa ser utilizado por pessoas que não estão muito familiarizadas com ferramentas contábeis de gestão.

6.3.2 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa

Ao analisar a DFC o gestor conseguiu tirar conclusões, observando os valores em algumas contas, como por exemplo observando que a maioria das suas despesas em Atividades Operacionais são fixas, o mesmo concluiu que quando perceber que as entradas relacionadas a clientes estiverem diminuindo, ele deverá diminuir os gastos em Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento, e se necessário, terá que diminuir também a sua retirada referente ao pró-labore. Essas informações, geradas a partir da DFC, podem dar a confiança necessária para o gestor na hora de tomar decisões.

O aspecto de que o modelo conta com os meses estudados dispostos em colunas lado a lado permitiu que o MEI estudado visualizasse facilmente as variações nos valores das contas longo do tempo.

Um dos principais pontos analisados foi a divisão das atividades da empresa em três grupos (Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos).

No primeiro momento, o MEI estudado se mostrou duvidoso de que uma divisão de atividades simples poderia gerar informações importantes. Depois da análise das DFCs o gestor passou a perceber alguns os possíveis pontos de corte de gastos que não viriam a interferir no funcionamento normal do seu empreendimento.

Um ponto de destaque é que o gestor visualizou que a maioria dos seus gastos operacionais se mantiveram com valores constantes, pois as despesas em atividades

operacionais cresceram proporcionalmente as receitas das atividades operacionais, enquanto que as maiores diferenças se deram nas atividades de investimento. Deste modo o gestor percebeu sozinho, que ele poderá economizar nos recursos em investimentos quando notar que o recebimento está diminuindo.

6. 3. 3 Continuidade na utilização da DFC

O MEI estudado afirmou que o modelo de DFC adaptado para ele acabou complementado o controle manual que ele já mantinha, que se constitui em um caderno onde ele anota as entradas e saídas dos recursos financeiros diariamente. Deste modo, Microempreendedor afirma que no final do mês apenas somou os valores e os acrescentou à DFC.

O Entrevistado afirma que tem interesse em continuar utilizando a DFC para o auxiliar na gestão da sua oficina mecânica, e acrescenta que "não gasta muito tempo para responder e ajuda a tirar conclusões sobre os gastos" (MEI entrevistado).

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o intuito de estudar a implantação da Demonstração do Fluxo de Caixa e a utilização deste demonstrativo para auxiliar a tomada de decisão de um Microempendedor Individual que atua na cidade de Santana do Ipanema –AL como mecânico de automóveis desde 2001 e que se formalizou em 2010.

Através de entrevistas e aplicação de questionários pudemos conhecer o profissional estudado e identificar qual modelo de Demonstração do Fluxo de Caixa traria melhores resultados para o mesmo, sendo escolhido um modelo baseado no Método Direto, que é estruturado a partir dos valores que entraram e saíram do Caixa da empresa. Desta forma, foi criado um modelo específico para o MEI estudado, juntamente com um pequeno guia com explicações básicas sobre a utilização da DFC para tirar as dúvidas do Microempendedor, os quais foram utilizados como ferramenta na gestão do seu empreendimento durante 3 meses. Após este período, foi feita segunda entrevista e aplicado um segundo questionário para descrever a percepção do MEI estudado.

Conclui-se que o Microempendedor estudado conseguiu implementar a Demonstração do Fluxo de Caixa no seu empreendimento sem grandes dificuldades. O mesmo afirmou que isto se deve ao fato de o modelo criado ser de fácil entendimento e utilização. O MEI estudado também afirmou que conseguiu realizar suas próprias análises da Demonstração do Fluxo de Caixa e desenvolver suas próprias conclusões, que serviram de base para as suas decisões gerenciais.

O profissional ainda afirmou que tem interesse em continuar utilizando o modelo criado para a sua empresa, demonstrando que a DFC pode ser de grande serventia para a gestão de uma microempresa.

Assim sendo, conclui-se que o modelo da Demonstração de Fluxo de Caixa que foi adaptada para a realidade do Microempendedor Individual analisado foi de grande serventia para o mesmo, por permitir que o profissional tivesse acesso a informações que se mostraram relevantes para basear as suas decisões sobre o gerenciamento da sua oficina mecânica.

A facilidade de utilização e de entendimento da DFC pelo MEI estudado nos permite afirmar que a DFC pode ser utilizada pelos Microempendedores Individuais, visando a melhor gestão desses empreendimentos.

Este trabalho se deu como um estudo de caso, o que torna seus resultados restritos, pois os mesmos foram baseados nas percepções e opiniões do MEI estudado, dessa forma, não podemos afirmar que esses resultados se repetiram sempre que essa metodologia for aplicada. Esperamos que essa limitação seja um convite para que novas pesquisas sejam realizadas, de forma a incentivar cada vez mais o uso da contabilidade pelos Microempreendedores Individuais.

Como sugestão, para futuras pesquisas, podemos listar pontos que podem ser analisados, como um estudo para averiguar se o modelo proposto neste trabalho pode ser utilizado para a criação um planejamento financeiro futuro, e se outros MEIs conseguem utilizar os dados fornecidos pela DFC para atingir os objetivos definidos anteriormente.

Este trabalho não teve o intuito de comparar a DFC com outras ferramentas de gestão ou mesmo com os procedimentos de registros adotados anteriormente pelo MEI estudado, mas essa metodologia pode vir a ser abordada em futuras pesquisas.

Ainda no que se refere a futuros trabalhos sobre este tema, sugere-se o melhoramento de alguns aspectos do modelo da Demonstração do Fluxo de Caixa utilizado, como adicionar um campo denominado “outros gastos” para que o gestor não tenha que alocar gastos distintos no campo “fornecedores”, por exemplo. Também se recomenda a utilização de uma linguagem cada vez mais simples, com nomenclaturas dos campos da DFC que cheguem cada vez mais perto da linguagem utilizada pelo Microempreendedor Individual.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES. **Perfil municipal de Santana do Ipanema 2015**. Disponível em <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/6df3b3f6-f72c-4368-85a6-e56274139f36>>. Acesso em 11 abr. 2016.

ALBINO, Marcelo Rodrigues. **O uso do fluxo de caixa como ferramenta estratégica nas micro e pequenas empresas**. 2003. 83 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 15 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 22 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 11 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 08 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 28 de dezembro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 01 de dezembro de 2011.** Disponível em <<http://goo.gl/3kzYde>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Resolução CGSN nº 117, de 02 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União. Seção nº 1, 05 de dezembro de 2014.** Disponível em <<http://goo.gl/XUHFGw>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CAPEL, H.; MARTINS, L. M. **A importância do planejamento financeiro no sucesso das empresas.** Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2012. Disponível em <<http://goo.gl/rAC5Ed>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 03 (R2).** Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <<http://goo.gl/R8e2TO>>. Acesso em: 21. Jun. 2015.

FLUXOS DE CAIXA. **O fluxo de caixa e sua importância no processo de evidenciação das informações contábeis.** 19 de março de 2012. Disponível em <<http://fluxosdecaixa.blogspot.com.br/2012/03/dfc-e-doar.html>>. Acesso em 05 jun. 2015.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial.** 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GUEDES. Enildo Marinho, et al. **Padrão UFAL de normatização.** Maceió: EDUFAL, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do cadastro central de empresas – 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em <<http://goo.gl/AeP4PJ>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. **Produto interno bruto dos municípios – 2012**. Disponível em <<http://goo.gl/PjwNzN>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. **Santana do Ipanema**. Disponível em <<http://goo.gl/eEIXtW>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KASSAI, Sílvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Caderno de Estudos da FIPECAFI, São Paulo, v.9, n.15, jan/jun. 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária : texto e exercícios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Brasil comemora marca de 5 milhões de MEIs**. Disponível em <<http://goo.gl/Xx2VUH>>. Acesso em 10 nov. 2015.

_____. **Contratar funcionário é mais barato para quem é MEI.** Disponível em <<http://goo.gl/PkLi8H>> Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **Definição do Microempreendedor Individual - MEI.** Disponível em: <<http://goo.gl/FWYBPG>> Acesso em 24 abr. 2015.

_____. **Descrição dos benefícios para o MEI.** Disponível em: <<http://goo.gl/Yopr7N>> Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <<http://goo.gl/8Sujl5>>. Acesso em: 24 abr.2015.

_____. **Quais obrigações acessórias estão previstas para o microempreendedor individual (MEI)?** Disponível em: <<http://goo.gl/kiuAtM>> Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Sobre cobertura previdenciária para o microempreendedor.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios/cobertura-previdenciaria-1>> Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **Total Geral de Microempreendedores Individuais.** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. **MEI faz cinco anos e já tem mais de 4,1 milhões de inscritos.** Disponível em: <<http://goo.gl/zZrAVC>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **6 passos para a formalização do MEI.** Disponível em: < <http://goo.gl/bbY2Ld> > Acesso em: 04 maio 2015.

_____. **Direitos e deveres do MEI.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/direitos-e-deveres-do-mei,b6d5d4361e3c8410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Tudo o que você precisa saber para ser MEI.** Disponível em: <<http://goo.gl/1A7ms8> > Acesso em: 28 abr. 2015.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIMPLES NACIONAL. **O que é o Simples Nacional.** Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro Da Primeira Entrevista**1. Razão Social do MEI:** _____**2. Qual seu nome?** _____**3. Data de nascimento:** ___/___/___.**4. Qual o ramo de atividade do MEI?** Comércio Serviço Misto**5. Há quanto tempo o senhor trabalha com esta atividade?** Menos de 1 ano Entre 5 a 10 anos Entre 1 a 2 anos Acima de 10 anos Entre 2 a 5 anos**6. Já iniciou as atividades como MEI? Se não, há quanto tempo atua como MEI – microempreendedor individual?** Já iniciei como MEI Não iniciei como MEI Inferior a 1 ano Entre 2 a 5 anos Entre 1 a 2 anos Acima de 5 anos**7. Qual a renda aproximada do gestor (pró-labore)? Este valor aumentou após o enquadramento como MEI?** Aumentou Não Aumentou Menos de um salário mínimo Entre dois e três salários mínimos Entre um e dois salários mínimos Acima de três salários mínimos

8. O senhor possui funcionário?

- Não possuo funcionário Possuo 1 funcionário registrado
 Possuo funcionário(s) não registrado(s), quantos? _____

9. Qual o seu grau de escolaridade?

- Fundamental incompleto Superior incompleto
 Fundamental completo Superior completo
 Ensino médio incompleto Pós graduação
 Ensino médio completo Outros _____

10. Já participou de algum curso ou treinamento?

- Nunca participei
 Participei apenas de 1 curso
 Participei em pelo menos 5 cursos
 Participei em mais de 5 cursos

11. Qual o seu grau confiança nas decisões tomadas na empresa, hoje?

- Pouco Razoável Muita

12. A quem você recorre quando precisa tomar decisões importantes na empresa?

- Contador
 Parentes/ amigos
 Pessoas que trabalham no mesmo ramo
 Sebrae
 Consultor Administrativo
 Outros _____

13. Quais os recursos que você utiliza na administração da sua microempresa?

- () Anotações em Cadernos e/ou outros meios físicos
- () Planilha eletrônica (Exel, Calc, etc)
- () Sistemas de Informações Pagos
- () Não possui nenhum recurso para administrar
- () Outros _____

14. Quais os Controles administrativos você conhece? Quais desses são utilizados na gestão da sua microempresa?

Controles conhecidos	Utiliza?	
() Controle de Contas a Receber	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Contas a Pagar	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Estoques	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Custos dos Produtos	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Caixa	SIM ()	NÃO ()
() Orçamento	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Receitas e Despesas	SIM ()	NÃO ()
() Controle de Matérias Primas	SIM ()	NÃO ()
() Pesquisa de preço entre os Fornecedores	SIM ()	NÃO ()
() Conhecimento da concorrência,	SIM ()	NÃO ()
() Fluxo de Caixa	SIM ()	NÃO ()
() Pesquisas de qualidade do produto/serviço prestados	SIM ()	NÃO ()
() Serviços Contábeis utilizados para a tomada de decisão	SIM ()	NÃO ()
() Outros _____		

Apêndice B: Roteiro Da Segunda Entrevista**SOBRE A EXPERIÊNCIA PESSOAL EM SER MEI.**

1. Qual a sua avaliação pessoal em ser MEI? _____

2. Quais os pontos positivos e negativos em ser MEI? _____

Positivos: _____

Negativos: _____

SOBRE A PERCEPÇÃO DO MEI ESTUDADO SOBRE A DFC.

3. O que você entendeu sobre o que é a DFC? Pra que ela serve? _____

4. Como usar a DFC? _____

5. O que a DFC pode proporcionar para sua empresa? _____

SOBRE A EXPERIÊNCIA EM USAR A DFC.

6. Houve dificuldades em utilizar a DFC? Se sim, quais? _____

7. Houve dificuldades em encontrar as informações necessárias? Se sim, quais? _____

8. Houve dificuldades em interpretar os dados? Se sim, quais? _____

9. Conseguiu visualizar informações importantes para a sua empresa? _____

SOBRE A OPINIÃO SOBRE O USO E UTILIDADE DA DFC.

10. Qual a sua opinião sobre a divisão das atividades apresentada na DFC? _____

11. Qual a sua opinião sobre a facilidade de uso da DFC? _____

12. Qual a sua opinião sobre a facilidade de análise da DFC? _____

13. Continuará utilizando a DFC na gestão do seu negócio? Por quê? _____

Apêndice C: Estrutura Do Fluxo De Caixa Implantado Na Pesquisa Em 2015.

Fluxo de Caixa Proveniente:			
	Junho	Julho	Agosto
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes e outros	(+)	(+)	(+)
(-) Pagamento a Fornecedores	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento a Funcionários	(-)	(-)	(-)
(-) Recolhimentos ao Governo	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Aluguel	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento Água/Energia Elétrica	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Telefone	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Juros (taxas) de atividades operacionais	(-)	(-)	(-)
(-) retirada de pró-labore	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento a Credores Diversos	(-)	(-)	(-)
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas Nas) Atividades Operacionais	(=)	(=)	(=)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	(+)	(+)	(+)
(-) Aquisição de Ativo Permanente	(-)	(-)	(-)
(+) Rendimento financeiro (Banco)	(+)	(+)	(+)
(+) Recebimento de Dividendos	(+)	(+)	(+)
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento	(=)	(=)	(=)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+) Novos Empréstimos	(+)	(+)	(+)
(-) Amortização de Empréstimos	(-)	(-)	(-)
(-) Pagamento de Juros de Empréstimos/financiamentos	(-)	(-)	(-)
(=) Disponibilidades Geradas Pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamento	(=)	(=)	(=)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES			
DISPONIBILIDADES - no início do período (saldo inicial)			
DISPONIBILIDADES - no final do período (saldo final)			

Apêndice D: Guia Criado Para Consulta Sobre A Demonstração Do Fluxo De Caixa Implantado Na Pesquisa Em 2015.

GUIA SOBRE A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

- **Sinais de indicação de variação sobre o caixa da empresa**

Em cada atividade existe uma lista de campos que devem ser preenchidos com os valores gerados durante o mês analisado. Cada campo contém sinais que indicam a variação que aconteceu no caixa da empresa:

+ Indica que o valor aumentou o caixa da empresa

- Indica que o valor diminuiu o caixa da empresa

= Indica o valor final que as atividades gerou para o caixa da empresa

- **Divisão das atividades**

Atividades Operacionais: são as atividades ligadas diretamente a função da empresa como: recebimento de Clientes, Pagamento de Funcionários, Pagamento de Impostos, Pagamento de Aluguel, Água, Luz, Telefone entre outros.

Atividades de Investimentos: são as atividades ligadas a aplicação dos recursos que não estão sendo utilizados em investimentos que podem trazer ganhos para a empresa.

Exemplo: compra de ferramentas ou máquinas com a intenção de melhorar a qualidade dos serviços e aumentar o faturamento da empresa. Ou também a aplicação em poupança para obter lucro.

Atividades de Financiamento: são as atividades ligadas a captação de recursos de terceiros para ser investido na empresa, como por exemplo os empréstimos bancários que são obtidos para a empresa, como também os pagamentos das parcelas mensais (chamado de “amortização de empréstimos”) e também os pagamentos dos juros por atraso no pagamento, quando houver.